

APRENDENDO E ENSINANDO A PRÁTICA DE EXTENSÃO RURAL NO ASSENTAMENTO VILA RURAL II EM ALTA FLORESTA - MT

Luiz Fernando Caldeira Ribeiro¹

Jôcelli Nattane S. Rosalino²

Mauricio Arruda²; Duilhio da Silva Loures²

João Paulo Da Silva²; Pedro Julio Pelegrini²

Eduardo Teixeira Maia³

Soraia Olivastro Teixeira²

Vanessa Bezerra Dos Santos²

RESUMO: Há um evidente descompasso entre a formação dos profissionais das ciências agrárias e a realidade do meio rural, onde os assentamentos são unidades produtivas de agricultores familiares complexas e que demandam atenção em diversas dimensões, além da produtiva. A metodologia deste trabalho foi baseada na pedagogia progressista libertadora, que visa levar educadores e educandos a atingir um nível de consciência da realidade em que vivem na busca de transformação. Foram levantados os saberes locais sobre produção, os gargalos que afetam a produção e métodos de intervenção para a melhoria dos saberes empíricos para a preparação de oficinas, atividades práticas e de material de apoio pelos acadêmicos. Apesar das diferenças dos resultados obtidos, o assentamento não difere da realidade dos assentamentos localizados em todo o Brasil. A reforma agrária deve ser considerada uma vitória pelas famílias assentadas que, além da luta pela terra, deve proporcionar uma melhoria no

¹ Docente – Coordenador da Ação - Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Alta Floresta.

desenvolvimento integral das famílias, levando em consideração todas as esferas da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária, Intervenção, Agronomia, Acadêmicos

INTRODUÇÃO

A lógica produtivista tem regido o mundo contemporâneo baseado em um modelo de desenvolvimento com ênfase nos seus aspectos econômicos, o que o torna eminentemente excludente. Este modelo marca sua influência em todas as formas de vida social e também nos processos de educação formal ou não.

No caso do ensino superior brasileiro, predomina a formação de profissionais voltados para o mundo do trabalho com uma perspectiva limitada de desenvolvimento. Nas Ciências Agrárias, especificamente, observa-se uma dificuldade das universidades brasileiras lidarem, nos processos de formação profissional, com outro tipo de educação, voltada para um desenvolvimento integral, que consiste na formação de um profissional que pense na mudança da sociedade em todos os seus aspectos, sendo eles sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais. Entretanto, o que se assiste hoje é a formação de profissionais em Ciências Agrárias para o atendimento de demandas do mercado de trabalho que, por sua vez, são dirigidas para a grande produção agrícola.

O papel formador das Universidades de Agronomia encontra-se mais direcionado para atender a lógica produtiva de uma agricultura

² Discente – Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Alta Floresta.

monocultora e convencional, ficando reprimidas as demandas sociais voltadas para a agricultura familiar. Por outro lado, um trabalho de formação que se afaste dessa perspectiva produtivista deve ser pensado de forma a não estar dissociado da realidade, no caso, do meio rural brasileiro. Isto significa pensar em um novo perfil de profissional consciente de sua responsabilidade social e de seu papel transformador da realidade.

A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos variados, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira (PEIXOTO, 2008).

Em um sentido amplo, a extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não. Neste caso, a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural (DIAS, 2008).

De acordo com Peixoto (2008), os métodos pedagógicos utilizados pela extensão são: individuais (visita técnica, contato pessoal); grupais (reunião com palestras ou encontros, demonstrações práticas e resultados, curso, dia de campo) e massa (exposição ou feira, campanha). Porém, os métodos de extensão não devem ser confundidos com os meios ou veículos de comunicação utilizados no trabalho extensionista, que são: cartas circulares, cartazes, *folders*, rádio, folhetos, revistas, jornais, televisão, entre outros.

Portanto, a extensão rural tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento social comunitário, econômico-financeiro, promovendo a educação rural; o diagnóstico participativo como processo de obtenção, sistematização e análise de informações; a articulação da pesquisa e extensão, entre outros, consequentemente tem o intuito de melhorar a qualidade de vida da população rural (FREIRE, 2002).

O objetivo deste projeto residiu na busca do fortalecimento do ensino de extensão rural, baseado nos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER –, através da intervenção em áreas do assentamento rural Vila Rural II e do intercâmbio de professores, extensionistas, estudantes e agricultores, visando ao levantamento das dificuldades encontradas no meio rural e na propriedade, expondo ideias e recomendações para auxiliar nas atividades executadas pelos proprietários e a troca de saberes.

METODOLOGIA

A comunidade Vila Rural II é um assentamento do Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT), composto de 33 famílias, com uma área de 49,9497 hectares sendo a maioria dos proprietários vive de rendimentos da aposentaria. A implantação de vilas rurais busca levar dignidade a trabalhadores que, devido ao êxodo rural, estão hoje desempregados na cidade.

O Projeto visa atender, prioritariamente, famílias cujos pais possuam acima de 45 anos, desempregados, que não tenham imóvel na cidade e que demonstrem aptidão para a lida com a terra. As áreas destinadas à criação de vilas rurais estão localizadas nos entornos dos centros urbanos e

são adquiridas pelo Governo do Estado ou em parceria com os municípios contemplados. Os lotes de 1,2 a 2,5 hectares (1) são destinados, preferencialmente, para homens e mulheres com mais de 45 anos que, depois de selecionados, cadastrados e registrados no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra/Incra), tornam-se habilitados à concessão de créditos destinados à agricultura familiar e à reforma agrária.

A metodologia deste projeto foi baseada na tendência pedagógica progressista libertadora, que visa levar educadores e educandos a atingir um nível de consciência da realidade em que vivem na busca de transformação. Os conteúdos foram trabalhados através de grupos de discussão em que prevaleceu o diálogo e a participação, fortalecendo as relações estabelecidas de forma horizontal, de iguais para iguais, buscando resolução de determinadas situações pelo grupo envolvido. O trabalho partiu do conhecimento pré-existente dos participantes envolvidos, não tendo como pretensão a introdução de "pacotes" prontos, que não valorizam o conhecimento, o desenvolvimento participativo e contextualizado da problemática da comunidade.

O método utilizado é construído na ideia de diálogo entre educador e educando, onde há sempre partes de cada um no outro, pois se entende que a educação deve ser um ato coletivo e solidário. Foram adotados como estratégias para esse processo de educação a participação, o diálogo e a conscientização. Visitas em nove propriedades do assentamento foram realizadas com o intuito de esclarecimento do que se pretendia desempenhar no local, além da busca por uma primeira aproximação com a problemática. Para tanto foram efetuadas

entrevistas a representantes institucionais e de associações presentes no assentamento com o objetivo de conceituar a problemática a partir dos objetivos traçados, contextualizar e contrastar o conhecimento que se produz ao longo do processo com informações e dados pré-existentes.

Para cada propriedade foram realizadas três visitas, com o intuito de descobrir suas dificuldades e o que poderia ser feito para melhorar a vida das pessoas do assentamento. As visitas foram realizadas de maneira parcelada, ou seja, a primeira visita foi efetuada no dia 25/08/12, a segunda visita dia 13/09/12, a terceira visita dia 27/10/12 e a quarta visita dia 17/11/12.

Nas duas primeiras visitas foi realizado o levantamento das informações pessoais e as atividades realizadas pelos produtores rurais, os objetivos e as dificuldades. A terceira teve como objetivo discutir com os proprietários sobre os problemas que se encontravam nas propriedades e as possíveis ideias para minimizar ou eliminar esses problemas que causavam prejuízos ou até mesmo eram barreiras para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. A quarta visita teve como intuito expor as ideias e recomendações sobre os problemas mencionados pelos produtores, sendo que as mesmas foram expostas através de meios utilizados pela extensão rural, como: *slides*, folhetos, imagens, resultados de pesquisas e monografias efetuadas nas dependências da Universidade do Estado de Mato Grosso.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário utilizado para a realização do diagnóstico agrícola foi o adaptado por Rocha (1997), que consiste na metodologia

de levantar e analisar, em nível de identificação familiar, a situação social, econômica e tecnológica. A abordagem aos produtores foi realizada na forma de entrevista, contendo perguntas em relação à produção atual, dificuldades encontradas e necessidade de informações técnicas para a melhoria de produção e na qualidade de vida.

Os indicadores de produção representam uma produção diversificada, típica de propriedades de agricultura familiar. A ocorrência nas propriedades visitadas de produtos produzidos foram: mandioca com 10,64%, abacaxi com 8,51%, com 6,38% a cultura de banana e a criação de galinhas caipiras, com 4,26% as culturas de amendoim, café, castanha do Brasil, laranja, limão, manga, melancia, quiabo e a criação de porcos e com 2,13% o cultivo de cana-de-açúcar, cebolinha, acerola, caju, couve, cupuaçu, feijão, mamão, maracujá, pepino, salsinha e a criação de frangos. Das nove propriedades visitadas, apenas duas não produziam nenhum produto agrícola, sendo utilizada somente para a moradia.

As principais dificuldades mencionadas pelos proprietários que dificultam a produção agrícola foram: falta de água na estação seca e do auxílio da assistência técnica pública com 100% dos produtores entrevistados e com 30% das reclamações foram listadas a comercialização dos produtos; dificuldade no transporte do produto até o consumidor e as condições das estradas no período da chuva.

Os acadêmicos envolvidos do projeto realizaram palestras sobre os temas com a comunidade e entregaram boletins e recomendações técnicas individuais para os produtores visitados. Foram apresentados para todos os problemas várias sugestões para sanar

os problemas da propriedade, pois a proposta de educação que permeou este trabalho teve como suporte teórico a educação libertadora, de construção coletiva do conhecimento entre professores, estudantes universitários e assentados envolvidos, pois sabe-se que ensinar não é transferir conhecimento, nem a formação é a ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso ou acomodado. As pessoas, mesmo diferentes em relação ao outro, devem ter claro que quem acredita formar se forma e re-forma ao formar; quem é formado forma-se e forma ao ser formado (Freire, 1998). A educação libertadora se dá enquanto processo em um contexto que deve ser levado em consideração. O objetivo dessa concepção foi provocar e criar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica, comprometida com a ação. O homem é considerado sujeito da educação, pois não existem homens concretos, senão homens situados no tempo e no espaço, devendo-se levar em conta tanto a vocação ontológica do homem (de ser sujeito) quanto às condições em que ele vive (o contexto).

Após as atividades de campo foi realizada uma discussão com os acadêmicos em sala de aula, onde houve um consenso para a quebra de um paradigma, pois todos entendiam que as atividades de um extensionista rural não é apenas transmitir o conhecimento técnico da Universidade para o campo, mas que a extensão rural é uma atividade mais complexa de ser entendida, os trabalhos de campo realizados no assentamento rural causam uma sensibilidade no modo de se comunicar com as pessoas, havendo um maior entendimento da realidade que se vive hoje nos assentamentos rurais. Todos concordaram que as atividades desenvolvidas

contribuíram significativamente para a formação pessoal e, sobretudo profissional, capacitando-os para o mercado de trabalho. Destacaram que aprenderam mais do que ensinaram e que desenvolveram a habilidade de escutar a opinião e respeitar os saberes locais. De um modo geral, se faz assistência técnica sem extensão rural, mas não se faz extensão rural sem assistência técnica.

CONCLUSÕES

A ausência da assistência técnica e de trabalhos organizados pela prefeitura faz com que os proprietários desacreditem na realização de projeto e cursos, devido à falta de comprometimento dos órgãos e profissionais e devido à dificuldade de ingressar nos trabalhos desenvolvidos por esses órgãos de extensão. Portanto, para os proprietários a realização de curso e projetos não é necessária no momento, pois os mesmos buscam os conhecimentos quando ocorrem problemas na sua propriedade. No entanto, todos consideram a "ajuda" dos órgãos de extensão necessária e de fundamental importância, pois passam as informações adequadas e que se enquadram na realidade desses proprietários.

A atividade extensionista é fundamental para proporcionar o melhor desenvolvimento das atividades exercidas nas propriedades, conseqüentemente, melhora as condições de vida dos proprietários. Portanto, a extensão garante a passagem de informações, técnicas e métodos viáveis e de qualidade para proporcionar o incremento na produção, porém, esse auxílio não deve ser momentâneo, ou seja, deve possuir o caráter educativo, e não visar somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural.

Este trabalho não se constituiu em tarefa simples, pois utilizou uma perspectiva transdisciplinar. A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos variados, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira (PEIXOTO, 2008).

REFERÊNCIAS

- DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v.1, n.1, 2008.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1998.
- PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Lília Alcântara, 2008.